**Sinodalidade**

1. **A sinodalidade é o caminho da Igreja:**

**o Discurso do Papa nos 50 anos da instituição do Sínodo – 17.10.2015**

* O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milénio.
* Depois de ter reafirmado que o Povo de Deus é constituído por todos os batizados chamados a «*serem casa espiritual, sacerdócio santo*», o Concílio Vaticano II proclama que «a totalidade dos fiéis que receberam a unção do Santo (cf. *1 Jo* 2, 20.27), não pode enganar-se na fé; e esta sua propriedade peculiar manifesta-se por meio do *sentir sobrenatural da fé do Povo todo*, quando este, desde os bispos até ao último dos leigos fiéis, manifesta consenso universal em matéria de fé e costumes». Aquele famoso infalível «*in credendo*»: não pode enganar-se na fé. O Povo de Deus é indefetível e infalível no crer e no ensinar.
* O caminho sinodal **começa por escutar o povo**, que «participa também da função profética de Cristo», de acordo com um princípio caro à Igreja do primeiro milénio: «*Quod omnes tangit ab omnibus tractari debet*». Precisamos de superar a ideia do leigo como aquele que não tem função alguma na Igreja. Falta ainda uma cultura de diálogo e estruturas que garantam essa possibilidade.

As palavras de Yves Congar “*toda a igreja aprende, toda a Igreja ensina, mas de modo diferenciado*” revelam-se ainda afastadas da experiência quotidiana da Igreja. Os processos sinodais são insuficientes, débeis e muitas vezes completamente ausentes. Há uma receção incompleta de LG 12, sobre o *sensus fidei* e o *consensus fidelium*.

* Um Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar «*é mais do que ouvir*». É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender. Povo fiel, Colégio Episcopal, Bispo de Roma: cada um à escuta dos outros; e todos à escuta do Espírito Santo, o «Espírito da verdade» (*Jo* 14, 17), para conhecer aquilo que Ele «diz às Igrejas» (*Ap* 2, 7). Escutamos, discutimos em grupo, mas, sobretudo, prestamos atenção àquilo que o Espírito Santo tem a dizer-nos”.

Não estamos ali para defender uma “agenda”, uma «ideologia», como se o sínodo fosse um parlamento onde se trava a batalha política, em que, para governar, um grupo, deve vencer outro. “*Por vezes, o Espírito atua para nos fazer ver que estamos na direção errada, que aquilo que julgamos ser o tema, não o é. Caminhar juntos, escutando o que o Espírito diz às Igrejas, significa permitir que a aparente pureza das nossas posições, seja desmascarada e discernir o joio que cresce no meio do trigo*”[[1]](#footnote-1).

“*Em primeiro lugar, precisamos de nos escutar mutuamente, com respeito, livres de ideologias e de agendas predeterminadas. O objetivo não é chegar a acordo por meio de uma competição entre posições opostas, mas caminhar juntos, a fim de encontrarmos a vontade de Deus, deixando que as diferenças se harmonizem. O mais importante de tudo é o espírito sinodal, aproximarmo-nos dos outros com respeito e confiança, acreditar na nossa unidade partilhada e receber a novidade que o Espírito quer revelar-nos*”[[2]](#footnote-2).

* “O Magistério deve ser promotor e guardião do processo orientado para o consenso e garante do próprio consenso: é serviço ao evento de comunicação da comunidade eclesial; deve garantir o espaço institucional em que é possível um diálogo aberto e público. O dado normal e ordinário da Igreja deve ser a descoberta da verdade coletiva e dialógica” (w. Kasper).
* O primeiro nível de exercício da sinodalidade realiza-se nas Igrejas particulares. Depois de recordar a nobre instituição do **Sínodo diocesano**, no qual presbíteros e leigos são chamados a colaborar com o bispo para o bem de toda a comunidade eclesial, o Código de Direito Canónico dedica amplo espaço aos habitualmente chamados «**organismos de comunhão**» da Igreja particular: o Conselho Presbiteral, o Colégio dos Consultores, e o Conselho Diocesano de Pastoral. Só na medida em que estes organismos permanecerem ligados a «baixo» e partirem do povo, dos problemas do dia-a-dia, é que pode começar a tomar forma uma Igreja sinodal: tais instrumentos, que por vezes se movem com fadiga, devem ser valorizados como ocasião de escuta e partilha.

1. **O documento da Comissão Teológica Internacional: A sinodalidade na vida e na missão da Igreja (2.3.2018)**

* «A dimensão sinodal da Igreja exprime o carácter de sujeito ativo de todos os batizados e juntamente com o papel específico do ministério episcopal em comunhão colegial e hierárquica com o Bispo de Roma.
* Esta visão eclesiológica convida a promover o desenrolar da comunhão sinodal entre “**todos”, “alguns” e “um**” (n.º 64).
* O documento refere-se, por exemplo, à prática da sinodalidade na Igreja Particular (Diocese), na preparação e realização dos Sínodos Diocesanos (n.º 78), na dinamização de estruturas de corresponsabilidade, tais como o Colégio de consultores, o conselho presbiteral, o conselho pastoral diocesano (n.º 81).
* Por consequência, a sinodalidade missionária implica, antes de mais, valorizar o *sensus fidei* de todo o Povo de Deus (que é infalível *in credendo* - cf. EG 119; LG 12), de que os Bispos são porta-vozes no exercício da colegialidade com o Papa. A sinodalidade começa com a escuta do povo de Deus. Uma Igreja que ensina deve ser, em primeiro lugar, uma Igreja que escuta. O Mestre foi um bom Mestre, porque soube ser um bom discípulo (cf. Fl 2,6-11). Como nos recorda o Concílio Vaticano II, a totalidade dos fiéis, que têm a unção do Espírito Santo não pode errar em assuntos de fé (cf. LG 12).
* “*Todos*” (Povo), “*alguns*” (Bispos) e “*um*” (o Papa) devem estar à escuta uns dos outros, na escuta da Palavra, na escuta do mesmo Espírito e do que Ele diz às Igrejas[[3]](#footnote-3). Esta correlação promove aquela *singularis conspiratio* entre os fiéis e os Pastores que é ícone da eterna *conspiratio* vivida na Santíssima Trindade»[[4]](#footnote-4). Insiste-se na escuta e no diálogo para o discernimento comunitário (n.ºs 110-111)..
* **Também ao nível paroquial, a sinodalidade** tem as suas estruturas, tais como o Conselho Paroquial de Pastoral e o Conselho para os Assuntos Económicos. Seria necessário superar a norma canónica que recomenda o Conselho Paroquial de Pastoral (cân. 536) e apenas torna obrigatório Conselho para os Assuntos Económicos. Aliás, fê-lo o segundo Sínodo Diocesano de Roma em 1993[[5]](#footnote-5). Veja-se a insistência com que São João Paulo II na *Christifideles laici* na valorização destes conselhos (CL 27c), sublinhada nas proposições dos Padres Sinodais (Proposição 10).
* É importante criar hábitos de escuta e leitura atenta da realidade, de discernimento dos caminhos de evangelização, de avaliação em ordem à renovação pastoral, pois esta conversão processa-se pelo próprio agir pastoral, sendo que valem mais os processos que se desencadeiam do que os resultados imediatos que se obtêm. É fundamental dar às pessoas instrumentos e critérios teológicos e pastorais para esta leitura, discernimento e ação[[6]](#footnote-6).
* Deve ir nessa linha a valorização do Conselho Económico e do Conselho Paroquial de Pastoral, a criação de novos grupos de acordo com as necessidades locais. Precisamos de pequenos grupos, que funcionem como células missionárias. Sim. Mas não precisamos de “grupinhos” e muito menos de uma paróquia transformada “*num grupo de eleitos que olham para si mesmos*” (cf. EG 28). É muito importante criar práticas de escuta, de diálogo, de programação e avaliação pastorais.
* A expressão veio *ao de cima* no Sínodo sobre os jovens, a fé e o discernimento vocacional e está expressa no seu Documento final em outubro de 2018 (= DF-SJFDV).
* Esta visão eclesiológica convida a promover o desenrolar da comunhão sinodal entre “*todos*”, “*alguns*” e “*um*”[[7]](#footnote-7), já assumida em dois documentos fundamentais: o da Comissão Teológica Internacional: “**A sinodalidade na vida e na missão da Igreja**” e o da **Constituição *Episcopalis Communio* (EC)**

1. **A Constituição *Episcopalis Communio* (EC) – 15.09.2018**

Trata-se de uma *Constituição Apostólica* e não de uma Carta Apostólica, sob a forma de *Motu proprio*, como era a de Paulo VI, sobre a Instituição do Sínodo (*Apostolica Sollicitudo* – AS – de 15.09.1965).

Dirige-se a todo o Povo de Deus e não apenas a quem tem cargos na Igreja. Tem uma ampla introdução doutrinal (algo novo!), de 10 parágrafos (58% do texto) e uma secção disciplinar de 27 artigos (42%).

Ela é fruto amadurecido da doutrina do Concílio Vaticano II e das experiências dos vários sínodos (foram 28 até então) e corresponde à necessidade de revisão e melhoria da instituição sinodal, como o previra Paulo VI (cf. AS*, Proémio*; EC 4), como o referiu João Paulo II (*Homilia*, 29.10.1983) e vem assim na linha da conversão do papado, já delineada pelo Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium* (EG 32), de modo a corresponder à necessária conversão pastoral e missionária da Igreja e a tornar o Sínodo mais dinâmico e capaz de potenciar o ecumenismo.

O Papa segue assim a hermenêutica da *reforma na continuidade*, do único sujeito (a Igreja), de que falara Bento XVI. Passa de uma eclesiologia universalista para uma eclesiologia da comunhão das Igrejas locais, de que se fala no plural (EC 2c;4c;7ª;10,a). Aplica, na prática, as grandes linhas reformistas, que enunciara no célebre Discurso, por ocasião da comemoração dos 50 anos da instituição do sínodo dos bispos, em 17 de outubro de 2015. Nesta Constituição Apostólica:

* O Povo de Deus é o ponto de partida e ponto de chegada do processo sinodal e imperativo é o de aprendermos a caminhar juntos…O exercício paciente da sinodalidade que valoriza mais o tempo que o espaço (EG 224), mais os processos que os resultados, é por excelência um princípio de eclesiogénese.
* Alargando o espírito do cânone 342, o Sínodo é mais do que expressão de uma ajuda dos Bispos ao Papa, mas é a manifestação do sentir eclesial de todo o Povo de Deus, tornando-se uma dimensão constitutiva da Igreja: fiéis, colégio apostólico, ministério petrino.
* Há uma recíproca implicação entre a comunhão dos fiéis, a comunhão dos bispos e a comunhão das Igrejas. Tem subjacente uma eclesiologia da comunhão das Igrejas.
* O título acentua a colegialidade episcopal e o cuidado do Bispo não apenas pela sua Igreja, mas por todas as Igrejas.
* O “*sensus fidei*” do Povo de Deus é infalível *in credendo* (cf. EG 119). Por isso, a diversos níveis e de diversas formas, no plano das Igrejas particulares, no seu conjunto a nível regional ou da Igreja universal, a sinodalidade implica o exercício do *sensus fidei* da *universitatis fidelium* (*todos*), o ministério de guia do Colégio dos Bispos, cada um com o seu presbitério (*alguns*), e o ministério de unidade do Bispo e do Papa (*um*).
* Há que ativar, a partir da Igreja particular, e em todos os níveis, a circularidade entre o ministério dos pastores, a participação e a corresponsabilidade dos leigos, os impulsos provenientes dos dons carismáticos, segundo a circularidade entre «um», «alguns» e «todos».
* A necessária distinção dos três sujeitos ativos deve ser acompanhada pelo reconhecimento efetivo das respetivas funções: à *universitas fidelium* (os «todos»), pertence sobretudo a profecia; ao colégio episcopal (os «muitos», sempre cum Petro e nunca sine Petro) pertence sobretudo, embora não exclusivamente, o discernimento como forma privilegiada do exercício da colegialidade; ao Papa (o «um»), a potestade suprema, plena e universal sobre toda a Igreja.
* Acentua-se assim a *importância dos processos de consulta*, o mais ampla possível, do Povo de Deus, e das Igrejas locais ou particulares (CE n.º 7a). Pela escuta dos fiéis, os pastores podem discernir e decidir melhor o que convém para anunciar o Evangelho e edificar a comunidade eclesial. O Bispo, mestre da fé, é também discípulo… e, portanto, chamado a escutar, a aprender, a caminhar com o Povo de Deus (adiante, no meio e atrás – EG 31), para seguir a intuição que o Povo de Deus tem para encontrar novas sendas. Daí a novidade introduzida de uma reunião pré-sinodal (CE, artigo 8.º);
* Reforça a importância do papel consultivo de todos na Igreja, na elaboração da decisão a necessária obediência de todos ao Espírito Santo, de modo que o caráter consultivo ou deliberativo do Sínodo tenha apenas como objetivo a busca da verdade e do bem na Igreja.
* Por isso, na parte disciplinar da Constituição diz-se, que, “se *aprovado pelo Papa, o Documento Final faz parte do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro*” … E “*se o Papa conceder poder deliberativo, o Documento Final faz parte do Magistério ordinário do Sucessor de Pedro … depois de ratificado e promulgado por ele*” (cf. Artigo 18 da CE, parágrafos 1 e 2).
* Estão assim conjugados, na dinâmica sinodal, o aspeto comunitário que inclui todo o povo de Deus, a dimensão colegial relativa ao exercício do ministério episcopal e o ministério primacial do Bispo de Roma.

Talvez devamos, como defende Alphonse Bourras[[8]](#footnote-8), superar a distinção entre “consulta” e “deliberação”, para falar de “elaboração da decisão” (law-making) e de “tomada da decisão propriamente dita” (law-taking), em comunhão eclesial e em fidelidade evangélica.

Talvez isto possa ajudar a ultrapassar também uma certa lassidão ou “fadiga democrática global” que afeta a vida da Igreja, tornando os diversos Conselhos pouco motivados na sua missão. Em Igreja, a consulta não significa simplesmente tomar conselho de alguém, mas alcançar o conselho juntos. O Conselho não decide, mas elabora uma decisão em união com os seus pastores, *in persona ecclesiae*, aos quais o ministério do discernimento e da autentificação atribui a responsabilidade *in persona Christi*.

1. **O Sínodo sobre os jovens (3 a 28 de outubro de 2018): sinodalidade missionária**

Antes do Sínodo dos Bispos houve abundantes consultas, inquéritos, estudos e abordagens sobre a temática “*os jovens, a fé e o discernimento vocacional*”[[9]](#footnote-9), cujos diagnósticos e propostas pastorais se aproximaram muito daqueles que nos são apresentados no Documento Final do Sínodo dos Bispos (DF)[[10]](#footnote-10).

O que eu gostaria de relevar é essencialmente isto: quem vê, à distância e de perto, todo o caminho sinodal, dá-se conta que **este não foi um Sínodo sobre os jovens, mas um Sínodo com os jovens, sobre a missão da Igreja**.

Querendo discernir caminhos de acolhimento, proximidade e acompanhamento d0s jovens, o Sínodo não caiu na tentação de falar da *Igreja e os jovens*, até porque estes não são (não podem nem devem ser) um objeto do nosso marketing pastoral, mas envolveu os jovens, auscultando-os sobre as expetativas que têm em relação à Igreja.

E neste caminho, os próprios jovens acordaram a Igreja, despertaram-na, por assim dizer, para a importância da *sinodalidade* (DF 121). Acabou por se tornar – passe a redundância – **um sínodo sobre a forma sinodal da Igreja** (DF 121), mesmo se o crucial n.º 121 teve 51 votos contra (é o 2.º número do DF com mais votos contra; o 1.º a recolher mais votos contra – imagine-se – é o número 165, relativo às questões da sexualidade, com 65 votos contra).

Portanto, os jovens ajudaram a Igreja a despertar para a sinodalidade. Os padres sinodais notaram como a colegialidade une os bispos entre si e com o Papa se articulou e enriqueceu com a prática efetiva (e não somente das afirmações teóricas) da sinodalidade a todos os níveis (DF 119), que envolveu os jovens.

De facto, durante não menos de dois anos, os jovens participaram ativamente nos trabalhos e na reflexão sinodal[[11]](#footnote-11). Refletir com os jovens sobre «*os jovens, a fé e o discernimento vocacional*» ajudou a mostrar, com nitidez a forma sinodal da Igreja, participativa e corresponsável (DF 123).

O Sínodo definiu a Igreja como “*espaço de diálogo e testemunho de fraternidade que fascina*” (DF 1). E esta sinodalidade deve encarnar-se nas realidades diocesanas, no território, como várias vezes se disse na aula sinodal. O chamamento ao papel das mulheres neste processo é forte (DF 148).

Portanto, este não foi simplesmente um sínodo temático, sobre um tema «os jovens».

A feliz intuição do Papa Francisco foi a de escolher um assunto que ia pôr em movimento novas dinâmicas, convocando bispos, também eles jovens, de todo o mundo. Desde logo, muitas conferências episcopais escolheram bispos jovens ou que estão em contacto direto com eles. Este foi um Sínodo sobre a Igreja, sobre a sua missão, sobre o seu estilo de acompanhamento e discernimento (DF 91-113), em direta conexão com os ensinamentos do II Concílio do Vaticano, desde a *Gaudium et Spes* até *à Lumen Gentium*.

Portanto, muito determinantes foram as etapas preparatórias do sínodo, e que passo e enumerar (ver ppt):

**1.ª etapa: Documento Preparatório,** enviado às Conferências Episcopais, e **Carta do Papa Francisco aos jovens, 13 janeiro 2017**

**2.ª etapa: Questionário online**, **14 junho de 2017** aberto a jovens de todo o mundo, em seis línguas.

**3.ª etapa: O Seminário Internacional sobre a condição juvenil, 11 a 15 de setembro de 2017**.

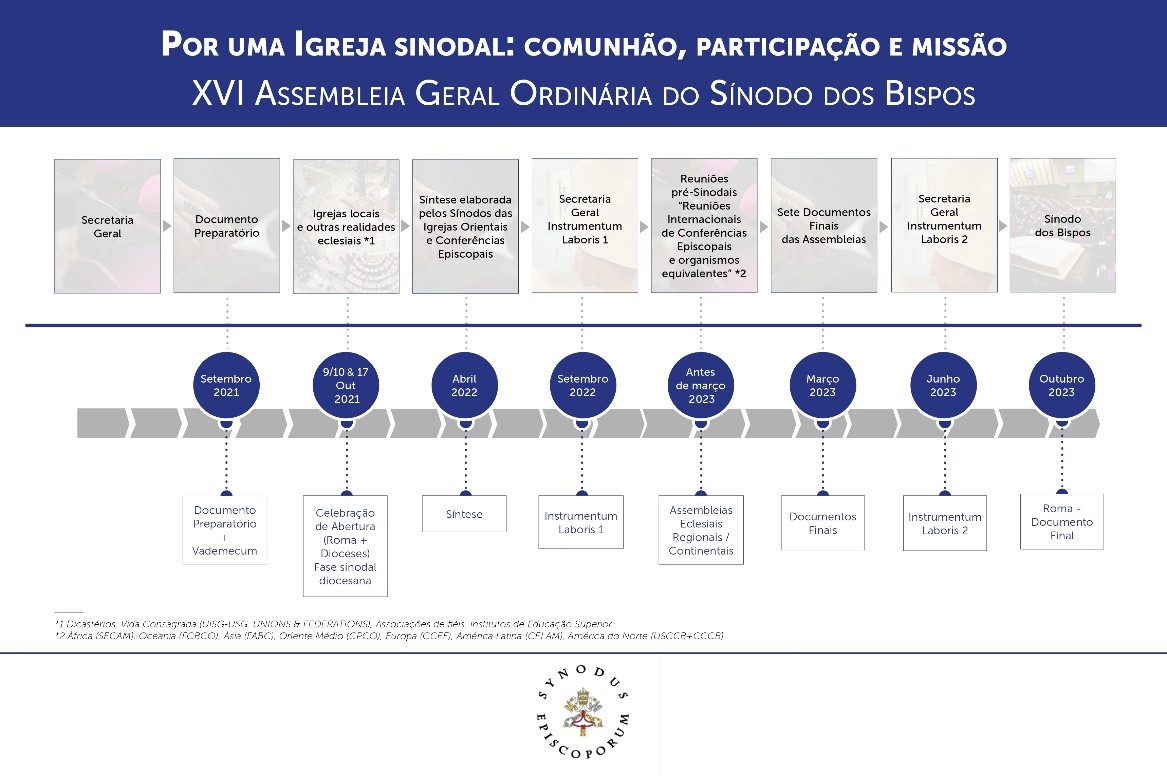
**4.ª etapa: Reunião Pré—Sinodal, 19 a 24 de março 2018 (uma novidade prevista na EC, artigo 8)**. O Documento conclusivo foi entregue pelos jovens ao Papa em 24 março 2017, Domingo de Ramos.

**5.ª etapa: Publicação do *Instrumentum laboris*, 19 junho de 2018**. Foi publicado em seis línguas: inglês, francês, espanhol, italiano, português e alemão.

Mas julgo que não se pode excluir a importância, em todo este caminho preparatório, a publicação da Constituição *Episcopalis Communio* sobre o Sínodo dos Bispos, em **15 de setembro de 2018.**

**O Sínodo de 2023: Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão**

**As etapas do Sínodo**



**Tripla conversão para uma Igreja sinodal, a caminho da JMJ 2023**

***1. Passar do “ide e ensinai” ao “ide e escutai”…*para uma Igreja da escuta.**

Valorizar o carisma da escuta, *a pastoral do ouvido*, por parte de pastores, leigos e consagrados, de modo a alcançar aquela circularidade virtuosa dos três momentos necessários à vida da Igreja: o da profecia (próprio de todos os batizados), o discernimento (próprio sobretudo do Colégio) e o da atuação compartilhada das decisões tomadas colegialmente (que compete ao Papa para a Igreja universal e para cada um dos bispos para a sua Igreja Particular).

Sem a circularidade vital destes três momentos, a vida da Igreja tende a nivelar-se numa espécie de uniformidade, em que prevalecem os aspetos institucionais e disciplinares sobre a vida do Povo de Deus.

O Documento da Comissão Teológica Internacional deixa algumas recomendações sobre a escuta e o diálogo:

Diz no n.º 111: “O diálogo sinodal implica a coragem tanto no falar quanto no escutar.Não se trata de se envolver num debate no qual um interlocutor procura sobrepor-se aos outros ou rebater as suas posições com argumentos contundentes, mas de expressar com respeito aquilo que se percebe em consciência sugerido pelo Espírito Santo como útil em vista do discernimento comunitário, abertos ao mesmo tempo a colher aquilo que nas disposições dos outros é sugerido pelo mesmo Espírito «para o bem comum» (1 Cor 12,7). O critério segundo o qual a *unidade prevalece sobre o conflito* vale de modo específico para o exercício do diálogo, para a gestão das diversidades de opiniões e de experiências, para aprender *um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma pluriforme unidade que gera nova vida*, tornando possível o desenvolvimento de uma comunhão nas diferenças [[cf. São Paulo VI, *Ecclesiam suam*, 31]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn146).

O diálogo oferece, de facto, a oportunidade de adquirir novas perspetivas e novos pontos de vista para iluminar o exame do tema em discussão. Trata-se de exercitar um *modo relacional de olhar o mundo, que se torna conhecimento compartilhado, visão na visão do outro e visão comum sobre todas as coisas*” [[Ibidem]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn147) Para São Paulo VI, o verdadeiro diálogo é uma comunicação espiritual [[Ibidem]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn148) que requer atitudes específicas: o amor, o respeito, a confiança e a prudência [[Bento XVI, Caritas in veritati, 4]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn149), em “um clima de amizade, mais ainda, de serviço” [[São Bento]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn150). Dado que a verdade – ressalta Bento XVI – “é *logos* que cria diálogos e, por isso, comunicação e comunhão” [[São João Paulo II]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn151). E adianta no n.º 112 o Documento da Comissão Teológica Internacional: “atitude essencial no diálogo sinodal é a humildade, que propicia a obediência de cada um à vontade de Deus e a recíproca obediência em Cristo” [[DV I,4)]](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html#_edn152).

Temos no Novo Testamento testemunhos dessa prática, segundo o conselho de Paulo “não apagueis o Espírito; não desprezeis as profecias. Examinai tudo, guardai o que é bom» (1 Ts 5,19-21). Está aqui a regra de ouro do discernimento eclesial, que não pode acontecer sem uma escuta atenta e valente dos gemidos do Espírito (cf. Rm 8,26), através do grito, explícito ou mudo, que brota do Povo de Deus. É preciso escutar Deus até escutar com ele o clamor do povo; escutar o Povo até respirar nele a vontade a que Deus nos chama (cf. CTI, Sinodalidade na vida e na missão da Igreja, n.º 114).

Podíamos recordar o Concílio de Jerusalém (cf. At 15,1-35), a discussão difícil entre os intervenientes, a procura da verdade, o reconhecimento da ação do Espírito, o silêncio da assembleia que se pôs a ouvir Barnabé e Paulo descrever os milagres e prodígios da graça de Deus, a intervenção de Tiago que lê à luz das promessas dos profetas o que está a acontecer.

A escuta deve tornar-se regra da vida eclesial, libertando-nos da ideia redutora e inibidora do “caráter consultivo” dessa escuta e não caindo na tentação de pensar tal consulta na lógica do modelo parlamentar ou democrático.

Trata-se de uma escuta do Espírito, que não deve ser medida pelo número de votos ou de mãos levantadas. Ela é um elemento fundamental no processo de discernimento. Se há uma «conspiratio» de todos os membros de um sínodo ou de um Colégio, o parecer configura-se como uma forma explícita de consenso eclesial.

Uma Igreja de discípulos sabe escutar a todos, a começar pelos mais novos. É preciso aprender a escutar e a ver os outros com empatia, como Jesus fez no caminho de Emaús.

Se todos somos discípulos, o Padre, o Bispo, o Papa também o é (cf. *EC*, n.º 5). Por isso, é um aprendiz do caminho, que deve saber ouvir. A ampla consulta ao Povo de Deus (cf. *EC*, n.º 7) é um exemplo de como é preciso escutar os jovens e dar-lhes ouvidos nas instâncias de discernimento da própria Igreja.

Lembrava-nos São João Paulo II, na Carta Apostólica *Novo Millennium ineunte*:

“*É significativo o que S. Bento lembra ao abade do mosteiro, ao convidá-lo a consultar também os mais novos: «É frequente o Senhor inspirar a um mais jovem um parecer melhor». E S. Paulino de Nola exorta: «Dependemos dos lábios de todos os fiéis, porque, em cada fiel, sopra o Espírito de Deus»*” (NMI 45).

É preciso acolher e respeitar os jovens na sua originalidade (DF-SJFDV, 45) e fazer deles agentes de mudança, na vida paroquial e eclesial.

As dioceses propõem formas próprias para ouvir a realidade dos jovens, no entanto estes sentem cada mais necessidade de terem um lugar onde a sua voz seja ouvida e de fazerem a diferença.

As Paróquias devem proporcionar aos jovens oportunidades de expressão e decisão, dentro da comunidade. Muitas revelam dificuldade em promover estas formas de intervenção juvenil. Há um realmente um défice de escuta dos jovens na Igreja. Quase devíamos impor uma “quota” juvenil nos conselhos paroquiais, diocesanos etc., sem menosprezo pelos mais velhos. Porque, se, com os jovens vamos mais depressa, com os mais velhos podemos ir mais longe.

“*A Igreja é uma canoa* – disse um dos 36 jovens auditores sinodais, provenientes das Ilhas Samoa – *na qual os velhos ajudam a manter a direção, interpretando a posição das estrelas, e os jovens em diálogo com eles, remam com força*”. Para o Papa, o jovem é um profeta, mas só pode profetizar de verdade, escutando os sonhos daqueles que o precedem no caminho[[12]](#footnote-12).

Para isso, precisamos de aprender a dialogar com todos, convictos de que o Espírito Santo chega antes de nós e dispõe os outros para receber o Evangelho; o mesmo Espírito Santo capacita os outros, para que nos ensinem algo através dos seus sonhos e esperanças.

Na missão, mais importante do que falar é escutar. É preciso que cada um se torne um bom ouvinte, um guia solícito, interessado na escuta dos que têm histórias de vida para contar, a fim de lhes desvendar a presença de Deus neles (cf. EG 71).

***2. Passar de uma Igreja paternalista, a uma Igreja «caminheira» e «companheira»*, uma Igreja que caminha e acompanha os mais novos *e confia neles.***

Os jovens, por exemplo, pedem-nos para caminharmos juntos (DF-SJFDV 119), pedem-nos disponibilidade para caminhar com eles e acompanhá-los, como Cristo aos discípulos de Emaús.

Pedem-nos somente a nossa presença, o nosso tempo, sem olhar para o relógio. Pedem empatia, pedem-nos que entremos na sua história e não apenas que a comentemos ou julguemos, como espetadores. Os jovens precisam de nos sentir do seu lado, envolvidos nos seus assuntos, como pessoas que estão presentes e atentas à sua vida quotidiana, fluida e incerta como é.

Os jovens querem-nos *com eles* e não só *para eles*. Somos chamados a acompanhá-los (DF-SJFDV 91), como testemunhas da fé, com vista também ao discernimento vocacional.

Há que valorizar os processos pessoais de acompanhamento (DF-SJFDV 19), que não são exclusivos do ministério ordenado (DF-SJFDV 97), nem tampouco o aconselhamento espiritual. Os jovens sentem que padres e leigos estão demasiado ocupados e sem tempo para eles.

Tal implica igualmente passar de uma pastoral *para* os jovens uma pastoral com os jovens (DF-SJFDV 116). E isto pede a preparação de leigos e consagrados qualificados para o acompanhamento dos jovens (DF-SJFDV 9). No fundo, o que estão a pedir os jovens aos pastores-educadores? Proximidade e acolhimento, escuta e protagonismo, acompanhamento e discernimento.

***3. Passar de uma Igreja clericalista, autoritária, a uma Igreja sinodal, participativa e corresponsável*** (DF-SJFDV).

O desenvolvimento e agilização das estruturas de corresponsabilidade pastoral (Conselho Paroquial de Pastoral, Conselho Pastoral Diocesano, Conselho Presbiteral, Conselho para os assuntos económicos) são fundamentais para esta “*conversão à sinodalidade*” (DF-SJFDV 123) e antídoto contra o clericalismo e a clericalização dos leigos (DF-SJFDV 123).

O que diz respeito a todos deve ser discutido e aprovado por todos, de acordo com um princípio do direito romano caro à Igreja do primeiro milénio: «*Quod omnes tangit ab omnibus tractari debet*» (que o Papa evocou no Discurso da comemoração dos 50 anos da instituição do Sínodo dos Bispos, 17.10.2015) e já referido no documento sobre a sinodalidade da Comissão Teológica Internacional (n.º 65).

É preciso dar protagonismo aos leigos e aos leigos jovens e tornar efetiva a sua participação ativa (DF-SJFDV):

*a)* nos lugares de ação pastoral, sobretudo em áreas que eles podem dar um contributo tão importante, como o mundo digital (DF-SJFDV 145;146), o cuidado da casa comum (DF 129), o compromisso social (DF-SJFDV);

*b)* nos processos de discernimento pessoais e pastorais (DF-SJFDV);

*c)* nos âmbitos e estruturas de corresponsabilidade (DF-SJFDV 123) pastorais.

Tal implica passar *da delegação ao envolvimento* (DF-SJFDV 128) e desenvolver processos comunitários no discernimento (DF-SJFDV 124) e o gosto pelo trabalho de equipa (DF-SJFDV 124), onde o tempo é superior ao espaço (EG 222-225), a unidade é superior ao conflito (E 226-230), a realidade é mais importante que a ideia (EG 231-233) e o todo é superior à parte (EG 234-237).

*“Este é um processo paciente, que não é fácil no nosso mundo impaciente. Mas com a quarentena, talvez tenhamos aprendido a gerir melhor (…) Discernir em tempo de conflitos, por vezes, requer que acampemos juntos, aguardando que o céu desanuvie”[[13]](#footnote-13)”.* Queira Deus que sim.

1. PAPA FRANCISCO, *Sonhemos juntos. O caminho para um futuro melhor*, Ed. Planeta, Lisboa 2020, 100. [↑](#footnote-ref-1)
2. *Ibidem*, 103. [↑](#footnote-ref-2)
3. cf. PAPA FRANCISCO, *Discurso no 50.º aniversário da instituição do Sínodo em 15.09.2018*. [↑](#footnote-ref-3)
4. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 2.3.2018, n.º 64 [↑](#footnote-ref-4)
5. *Ibidem*, n.º 84 [↑](#footnote-ref-5)
6. *Instrumento de análise da prática pastoral: exame prático à nossa pastoral para ir mouco mais longe*, in DIOCESE DO PORTO, *Plano Diocesano de Pastoral 2016/2017 – Com Maria, renovai-vos nas fontes da alegria*, Porto 2016, pp.73-81. [↑](#footnote-ref-6)
7. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 2.3.2018, n.º 64 [↑](#footnote-ref-7)
8. ALPHONSE BORRAS, *Communion ecclésiale et synodalité. Comprendre la synodalité selon le Pape François*, Cahiers de la Nouvelle Révue Théologique, CLD Editions, Paris 2018, 9; 62-68. [↑](#footnote-ref-8)
9. cf. Revista *Lumen*, Ano 79, outubro 2018, pp-35-100. [↑](#footnote-ref-9)
10. Citaremos sempre o referido *Documento final da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodos dos Bispos, sobre os jovens, a fé e o discernimento vocacional*, com a sigla DF. Há uma publicação do mesmo pelas Edições Paulinas. [↑](#footnote-ref-10)
11. cf. A. SPADARO – C. GALLI, [*La sinodalidad en la vida y en la misión de la Iglesia*](https://www.civiltacattolica-ib.com/la-sinodalidad-vida-y-mision-iglesia/), in *La Civiltà Cattolica Iberoamericana n.º 2*2 (2018). [↑](#footnote-ref-11)
12. Cf. PAPA FRANCISCO, *La sabiduría de los años,*Bilbao, Ed. Mensajero, 2018; a versão original italiana foi apresentada no contexto do Sínodo. [↑](#footnote-ref-12)
13. PAPA FRANCISCO, *Sonhemos juntos. O caminho para um futuro melhor*, Ed. Planeta, Lisboa 2020, 103. [↑](#footnote-ref-13)